



SINPOL denuncia “Operação Bola Preta”

O Centro Cultural Cordão da Bola Preta está sob investigação da Polícia Civil. A Delegacia de Defraudações abriu no dia 28/09 uma Verificação Preliminar de Investigação para apurar irregularidades na transformação do Bloco Cordão da Bola Preta em Centro Cultural Cordão da Bola Preta. A delegacia registrou a ocorrência como estelionato e tem o prazo de 30 dias para ouvir o depoimento dos envolvidos. A mudança de razão social só foi possível porque o CNPJ do Clube Padrão de Vida, do Espírito Santo, foi transferido com o clube para o Rio de Janeiro, emprestando o seu número para a nova entidade carnavalesca. A operação foi tramada pelo presidente do Clube Padrão de Vida, Carmello Perrone, em seu escritório na Rua do Mercado nº 11 – 12º andar.

O SINPOL deu entrada numa petição na Delegacia de Defraudações no dia 21/09, pedindo investigação policial contra o Centro Cultural Cordão da Bola Preta, nova denominação do bloco carnavalesco tendo como objetivo receber investimentos públicos, como por exemplo, empréstimos do BNDES, já que o tradicional bloco está com a ficha suja. Essas informações foram passadas por ex-dirigentes e sócios proprietários do Cordão, despejado de sua sede por não pagar IPTU e condomínio, entre outras dívidas com órgãos públicos e privados. A mesma denúncia foi protocolada no Ministério Público, pedindo abertura de processo criminal contra possíveis fraudes na “operação Bola Preta”.

Com a nova personalidade jurídica, o bloco carnavalesco recebeu do Estado um

terreno na Rua da Relação 1, 3,5,7,9,11 e 13 e o nº 90 da Rua do Lavradio, no Centro, que já havia sido autorizado ao SINPOL em regime de comodato (números 3,5,7 e 9), publicado no Diário Oficial em 30/12/2006, em ato do governo passado.

Numa matéria do Globo de quase página inteira em 17 de julho, o secretário estadual de Transportes, Júlio Lopes, responsável pela cessão dos imóveis, disse ao repórter Antônio Werneck que “se houver qualquer irregularidade na operação que resultou no comodato, que não encontramos ainda, tomamos de volta o prédio do Cordão”. Pois bem, o secretário já recebeu do SINPOL uma notificação extrajudicial apontando as irregularidades. Outra ação corre na 10ª Vara de Fazenda Pública, para que o Estado firme contrato de comodato com o SINPOL que construiu o imóvel e recuperou sua fachada, abandonado há mais de 20 anos investindo na construção do prédio cerca de R\$ 300 mil com recursos dos associados.

Toda essa operação para limpar o nome do bloco carnavalesco foi arquitetada pelo presidente do Clube Padrão de Vida, e alguns dirigentes do Cordão, que numa assembléia geral realizada em 30 de novembro de 2004 aprovou novo estatuto e elegeu nova diretoria, cujo mandato trienal acabaria em 30/11/2007. Noutra assembléia de 29 de abril de 2006, deliberou a extinção da sede do clube em Vitória, localizada na Rua Francisco Generoso da Fonseca 230, sala 01, Jardim Penha, transferindo-a para a Rua do Mercado nº 11, 12º andar – Centro do Rio. Dos diretores eleitos todos pediram renúncia, exceto Carmello Palmieri Perrone e a diretora financeira, Ana Lúcia Perrone.

A operação Bola Preta prosseguiu no dia 11 de abril de 2008 quando a Associação Clube Padrão de Vida se reuniu para alterar a denominação para Centro Cultural Cordão da Bola Preta, sendo ainda admitidos alguns sócios e membros do antigo bloco. Porém, a maioria dos associados ficou fora dessa nova razão jurídica, sem nenhum benefício ou direitos, inclusive de votar e serem votados. Uma operação escandalosa estava sendo desenhada. Com a ajuda de antigos associados do bloco, o SINPOL descobriu que na assembléia de 11/4/2008, Carmello Perrone e Ana Perrone não possuíam mais representação legal para as deliberações que tomaram, pois o mandato de ambos terminara em 30/11/2007, sem prorrogação, sendo o CNPJ 01.716.373/0001-26 do Clube Padrão de Vida o mesmo do Centro Cultural Cordão da Bola Preta.

Não conseguindo o comodato com a Secretaria Estadual de Transportes, utilizando irregularmente o mesmo CNPJ da Associação Clube Padrão de Vida – realizaram nova assembléia em 8 de julho de 2008, quando mudaram o CNPJ do Centro Cultural Cordão da Bola Preta para 02.979.778/2008-10, com a renúncia do mentor da operação, Carmello Palmieri Perrone, ex-dono de empresa de segurança que fechou, dando “calote” em mais de mil trabalhadores. A direção desse Centro Cultural, com quem a Rio-Trilhos fez o comodato, entregando a sede do SINPOL, é composta de apenas sete pessoas, dos quais apenas dois são do tradicional Bola Preta.

Propaganda eleitoral fora de época

Secretário de Transportes denunciado ao TRE

O Sindicato dos Policiais Civis do Estado do Rio de Janeiro (SINPOL/RJ) denunciou no dia 28 de setembro o secretário estadual de Transportes Júlio Lopes ao Tribunal Regional Eleitoral (TRE) por propaganda eleitoral fora do prazo. O secretário foi flagrado no dia 25 de setembro, sexta-feira à noite, na antiga sede do sindicato, na Rua da Relação nº 3, participando de festa promovida pelo Centro Cultural Cordão da Bola Preta e a Associação dos Funcionários da Rio-Trilhos, com bebida e comida gratuita para mais de 300 pessoas. O Sinpol está com ação na 10ª Vara de Fazenda Pública para recuperar a sede que construiu entre 2004 e 2005, doada recentemente, em regime de comodato, a esse Centro Cultural.

O presidente do SINPOL, Fernando Bandeira, acompanhado de mais três sindicalistas, constatou que a segurança do baile foi feita por no mínimo cinco vigilantes da empresa Protex – que presta serviço à Secretaria de Transportes do Estado (Rio-Trilhos). Alguns foliões também usavam camisetas com o nome do secretário. No encerramento do evento, Júlio Lopes fez discurso dizendo que “a primeira vitória foi o Bola Preta conseguir sua sede e que em 2010 estaremos juntos, precisando do apoio de todos os presentes”.

Ao ser questionado, sobre as “fraudes” para o Cordão conseguir sua sede, o secretário acompanhado de seguranças partiu para cima de Bandeira, iniciando uma discussão acalorada. Um segurança tentou, sem sucesso, impedir fotos que foram batidas.

Tanto o secretário de segurança quanto o chefe de polícia foram avisados do entrevero. O secretário Júlio Lopes estava acompanhado do secretário de Promoção Social do município do Rio, Fernando William.



Júlio Lopes (E) irritou-se ao ser flagrado em plena campanha



Em 2003, o imóvel estava em ruínas



Ficou assim com recursos dos policiais em 2004



Policiais frequentavam a sede e deliberavam reivindicações

**Policia Civil exige
salário digno**

Editorial – Pág.2

**Reajuste de 5% não
agradou policiais**

Pág.2

**Formação na Acadepol
de seis meses**

Pág.5

SINPOL lembra reescalonamento ao chefe de polícia

Pág.8

Policia Civil exige Salário Digno

Verdadeira guerra está sendo travada há mais de dois anos entre os funcionários públicos estaduais e o governo do Estado por melhores salários, entre outras reivindicações. O que se nota, entretanto, é a intransigência do governador que se recusa a receber os servidores e abrir qualquer canal de negociação. Um exemplo dessa intransigência foi a greve dos serventuários da Justiça em 2008 que se arrastou por meses, com graves conseqüências para os usuários dos serviços prestados por aquele órgão. E este ano com a greve dos professores.

Com relação aos policiais civis a despeito de todas as tentativas feitas pelo Sindicato de chegar a bom termo nas conversações visando a reposição salarial, nada se conseguiu até o momento. Em conseqüência, várias manifestações foram feitas, com protestos e greves relâmpago e com o Movimento Unificado dos Servidores Públicos Estaduais – MUSPE, algumas das quais levaram às ruas centenas de servidores que reivindicam 66% de reajuste emergencial, data base unificada em 1º de maio, plano de carreira e incorporação das gratificações.

O reajuste de 8% em setembro de 2008, e agora esses 5% em discussão na Alerj, além de ser migalha, não chega sequer perto da perda com a não implantação do reescalamento, que proporcionaria reajuste salarial entre 50 e 70%. Como resultado desse impasse, os policiais civis podem seguir o exemplo dos colegas de outros estados que foram à greve.

O governador, na campanha eleitoral em julho de 2006, na ABI, assinou documento se comprometendo a atender as reivindicações mais que justas dos policiais civis, entre as quais o restabelecimento da GEAT. Eleito, deu as costas à categoria, se esquecendo que é o policial que expõe sua vida dia e noite para assegurar a manutenção da ordem pública e a defesa da sociedade.

A categoria exige respeito, o que pressupõe salários dignos, capacitação contínua, efetivos adequados, requisitos essenciais para o bom exercício de suas funções constitucionais.

Reajuste de 5% mais uma vez não agradou policiais

O SINPOL realizou assembléia no dia 30/09, (Rua da Glória nº 24), para decidir junto com outras entidades de classe os rumos do movimento, tendo em vista que a “operação padrão” anunciada pelos delegados no dia 29 de setembro – Dia do Policial Civil, foi cancelada.

O reajuste de apenas 5% não agradou os policiais civis. O presidente do SINPOL, Fernando Bandeira, declarou aos jornais O DIA, MEIA HORA e EXTRA, que a proposta do governo é péssima e não satisfaz a categoria que perdeu a Gratificação Especial de Atividade (GEAT) em 2001, mas foi mantida para delegados, PMs e bombeiros militares que tiveram a incorporação do benefício no contracheque.

Ficou decidido que a mobilização dos agentes continua com pressão no legislativo, para modificar a mensagem do Executivo com um percentual de reajuste que atenda as perdas nos últimos cinco anos. O projeto do governo prevê uma gratificação de R\$ 350 para aqueles que estiverem fazendo cursos de aprimoramento ou especialização. Os policiais querem, sobretudo que o reescalamento salarial entregue ao governo seja implantado para corrigir a quebra de hierarquia e recuperar as perdas com o não pagamento da Geat. A discussão



Policiais se concentraram em frente à Alerj

prossegue na Alerj sendo que as 59 emendas apresentadas pelos deputados foram retiradas de pauta com o projeto original. Só retornam em votação definitiva, após audiência pública no dia 19 de outubro, na Comissão de Segurança com os secretários de Fazenda, Joaquim Levi e de Gestão e Planejamento, Sérgio Ruy. Ambos vão explicar os gastos com a segurança pública e porquê o governo só pode conceder 5% de reajuste salarial.

Em reunião realizada no SINPOL (18/09) os policiais resolveram ser solidários aos delegados, mas só fariam um movimento unificado se estes também assumissem o compromisso de lutar pelas causas dos demais policiais civis.

FORTALEÇA AS LUTAS DA NOSSA CATEGORIA SENDO SINDICALIZADO

O SINPOL está à disposição da categoria com seus diretores e funcionários, para sindicalizar companheiros em sua sede provisória – Rua da Glória nº 24, Glória. O governo tem concedido reajustes ínfimos que não atendem às necessidades dos policiais. Por isso sua principal arma de lutas é o seu Sindicato. Para se associar basta levar o último contracheque, identidade e duas fotos 3x4. A mensalidade é de apenas R\$ 20.

Associe-se também pela internet, acessando a página www.sinpol.org.br, imprima sua ficha, preencha seus dados e envie pelo correio com duas fotos e cópia do último contracheque. O Sindicato envia também sua carteira pelo correio.

Ser sindicalizado é o primeiro e importante passo para fortalecer a categoria. Sua participação nas assembléias e manifestações é importante para garantir conquistas. Associe-se ao SINPOL !

Adepol e Sindelpol adiam “operação padrão” por voto de confiança

A Associação dos Delegados de Polícia e o Sindicato dos Delegados de Polícia do Estado do Rio de Janeiro comunicaram à imprensa o adiamento da operação padrão prevista para o dia 29 de setembro, Dia do Policial Civil.

O adiamento, segundo as duas entidades, consuma um voto de confiança aos esforços empreendidos pela Chefia da Polícia Civil junto ao governador, na

certeza de que rapidamente serão atendidos os justos pleitos relativos aos Delegados, Peritos e Agentes da Polícia Civil.

Os delegados querem o cumprimento da Lei nº 3.691/01, que regula o pagamento dos vencimentos, proventos e pensões, equivalente as demais carreiras jurídicas: procuradores do estado, defensores públicos, procuradores e promotores de justiça.

JORNAL DO SINPOL

Jornal do Sindicato dos Funcionários da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro

Redação: Rua da Glória, nº 24, Glória - CEP 20241-180

Tel.: (21) 2224-9571

E-mail: atendimento@sinpol.org.br

Site: www.sinpol.org.br

Diretor: Fernando Bandeira

Editor: Cláudio José - RG. 1863-4 — **Colaborou:** Maria Helena Santos

Fotos: Cláudio José

Editoração e Arte Final: Fernando Teixeira

Colaboração: Todos os Policiais Civis do RJ

Tiragem: 10 mil exemplares

Ludmila: Missa pelos três anos de sua morte

A morte da oficial de cartório Ludmila Maria Fernandes, foi lembrada no dia 4 de agosto, com missa na Igreja Santa Rita de Cássia, no Centro. A policial foi assassinada por bandidos em Piabetá (Magé), em 2006, quando voltava para casa do trabalho. A pedido de sua mãe, a advogada Zoraide Vidal, os participantes da cerimônia religiosa levaram

leite em pó e fraldas geriátricas distribuídos para os policiais incapacitados vítimas da violência. Ludmila foi morta por marginais ao ser identificada como policial civil. Era associada do Sinpol e participou ativamente da luta do Sindicato pela nomeação e posse dos “pipocas” (inspetores e oficiais de cartório do concurso de 2001).

Família culpa o Estado pela morte do inspetor

Dos R\$ 100 mil que tem direito viúva recebeu apenas R\$ 20 mil

A professora Talita Gomes, viúva do inspetor Alexssander Marchon Gomes, 37, que era lotado na Delegacia de Combate às Drogas (DCOD), denunciou ao jornal do SINPOL o descaso dos médicos do HGV:

– Deram alta para o meu marido mesmo constatando que estava com febre e pneumonia. Disseram que não podiam mais ficar com ele na UTI, pois sua manutenção era muito cara. Sugeriram colocá-lo na enfermaria coletiva sem os aparelhos respiratórios. Decidimos então levá-lo para casa, tendo que alugar todo o equipamento para mantê-lo vivo. Após três dias vi que não tinha condições de pagar toda a aparelhagem (em torno de R\$ 2 mil) e precisei levá-lo para o

Pronto-Socorro de São Gonçalo, onde já chegou com uma infecção generalizada”.

Marchon acabou falecendo dia 14 de dezembro de 2008 depois de 3 meses em coma. Ele foi atingido por um tiro de fuzil na cabeça durante incursão da DCOD no Complexo do Alemão. O policial era associado ao SINPOL desde fevereiro de 2006.

A família culpou o Estado pela morte, por ter se negado a pagar tratamento num hospital particular. Talita informou ainda que no Hospital de São Gonçalo também foram mal atendidos por uma médica, alegando que o pronto-socorro não tinha recursos para tratar lesão grave como a dele.

Viúva ainda não recebeu seguro e a pensão especial

Talita Gomes, informou ainda que vem encontrando dificuldades para receber a pensão especial da polícia e o seguro de vida do marido no valor de R\$ 100 mil. Segundo ela, não há previsão de quando começará a receber o benefício, embora tenha dado entrada no pedido no começo de 2009. “Até agora me pagaram apenas R\$ 20 mil em março, depois que dei entrada no seguro em janeiro deste ano”, conta ela, na esperança de receber os R\$ 80 mil antes do mês de dezembro. Outro problema é quando ocorre

promoção e o Estado não atualiza a pensão. “A viúva tem que entrar na justiça pra fazer valer seus direitos”, diz. Alexssander foi promovido de inspetor de 5ª para inspetor de 4ª, após sua morte. “Terei que recorrer ao advogado do Sinpol para receber o que é de direito. Um absurdo!” Contesta Talita.

Talita recebeu em nome do marido a promoção e medalha por bravura, no dia 29 de setembro – Dia do Policial Civil.

Família reclama que Estado não paga pensão especial

A pensão especial para parentes de policiais civis mortos em confronto com marginais ou decorrente de sua atividade policial não está sendo respeitada pelo governo do Estado. Embora o estatuto do policial e do servidor público assegure a pensão especial, vários pareceres da Procuradoria do Estado têm recomendado o não pagamento do benefício para mães ou companheiras que tiveram união estável com agentes da Polícia Civil.

A lei reconhece o valor do policial morto em serviço através da promoção por bravura post mortem, promoção post mortem, deferimento de pensão especial aos beneficiários do servidor e condecorações diversas.

A advogada Zoraide Vidal, que perdeu a filha há dois anos, reclama do descaso das autoridades estaduais que cometem equívocos e se distanciam do direito, quando se recusam a beneficiar os familiares dos policiais. “Em alguns casos o Estado manda pagar a pensão especial, como tivesse só atendendo a pedidos de políticos”, diz Zoraide, mãe da oficial de cartório Ludmila Maria Fernandes, assassinada por bandidos na Baixada Fluminense em 2007.

No Dia do Policial Civil (29), Zoraide Vidal, Francilene Pinheiro – mãe do inspetor Thiago Pinheiro (assassinado em 2006), e Ana Cristina (mulher do perito criminal, Paulo Roberto, vítima de um acidente de trânsito há cinco anos) fizeram protesto, na entrada da Acadepol, estendendo uma faixa contra o governo do Estado.



Parentes de policiais protestaram em frente a Acadepol

SINPOL EM AÇÃO

Banco Volkswagen paga cinco mil a policial

O Banco Volkswagen foi condenado a pagar ao associado Luderito Luiz de França R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), em razão de contencioso relativo ao carro Volkswagen financiado pelo Banco da empresa, ao associado. Luderito pagou todas as prestações e o Banco não acusou o recebimento das três últimas parcelas, enviando seu nome ao protesto. O Banco foi condenado a pagar R\$ 500,00, considerada irrisória pelo SINPOL, que recorreu da sentença. Em segunda instância o Banco teve que pagar cinco mil reais.

Bradesco reconhece direitos trabalhistas de associado

O associado Ivan de Almeida travou briga com o Banco Bradesco por mais de 13 anos para ter reconhecido seus serviços prestados como segurança do antigo Banco Boavista, hoje Bradesco. Através do SINPOL, houve decisão favorável, em última instância, proferida pelo Juiz da 38ª Vara do Trabalho em fase de execução, determinando que a carteira de trabalho do associado fosse assinada, assim como recolhido o INSS e o FGTS, durante todo o período em que prestou serviço ao Banco Boavista, além de indenizá-lo por todo o período trabalhado. Ivan receberá um valor elevado do Bradesco de verbas rescisórias, além do fundo de garantia.

Imóvel herdado é regularizado

A associada Marcia Bayma, filha do policial Paulo Henrique Aguiar Bayma, procurou o SINPOL para regularizar um imóvel deixado por seu falecido pai. O inventário tramitou junto à 12ª Vara de Órfãos e Sucessões e hoje o imóvel encontra-se totalmente desembaraçado e em nome de sua filha.

Pensionistas com aposentadorias atualizadas

As pensionistas: Tania Nunes Guimarães, filha do saudoso José de Holanda Guimarães – presidente da União dos Policiais – Suraia Barbosa Amaral; Marly Vianna; Olinda Marins Rodrigues; Maria José Perota; Maria Nazareth de Oliveira; Elza Correa Coelho; Barbara Mariana Portugal; Maria da Glória Pereira; Cristina Roumilack; Cecília Oliveira Silva; Vera Maria da Silva e Marisa da Silva Silveira **tiveram suas aposentadorias atualizadas entre julho e agosto de 2009**, sendo que mais de 30 pensionistas já foram beneficiadas. Se sua pensão não foi atualizada procure o SINPOL: Rua da Glória nº 24 – Glória.